

A POLÍCIA MILITAR E AS OCORRÊNCIAS QUE CULMINAM COM MORTE DE CIVIS E SUA ACEITAÇÃO PELA SOCIEDADE

THE MILITARY POLICE AND THE OCCURRENCES THAT CULMINE WITH DEATH OF CIVILS AND ITS ACCEPTANCE BY SOCIETY

SOUSA, Ruan de Matos¹
DA SILVA, Dogivan José²

RESUMO

A presente pesquisa buscou analisar as ocorrências em face da atividade do policial militar nas quais culminaram com a morte de civis e a potencial aceitação social, uma vez que, o policial age conforme é treinado para agir, respeitando o que determina seu estatuto e realizando o que aprendeu durante sua formação profissional. O objetivo geral teve como abordagem a análise da concepção social da figura do policial militar e em aspecto restrito o objetivo teve como abordagem a possível aceitação social frente a morte de civis em face da atuação do policial militar. A metodologia consiste em uma revisão bibliográfica cuja natureza é quantitativa. Concluindo-se com base nos dados adquiridos por meio do questionário que a aceitação social ocorre em casos onde o policial agiu conforme o que esperava o cidadão, mesmo diante de mortes.

Palavras-chave: Polícia Militar. Morte de civis. Aceitação. Função policial.

ABSTRACT

The present research sought to analyze the occurrences in the face of the activity of the military police in which they culminated in the death of civilians and the potential social acceptance, once the police acts as they are trained to act, respecting what determines their status and performing the who learned during his professional training. The methodology consists of a bibliographic review whose nature is quantitative. Based on the data acquired through the questionnaire present in the body of the research, social acceptance occurs in cases where the police officer acted according to what the citizen expected, even in the face of accidental deaths.

Keywords: Children. Adolescents. Narcotics. Educational Program.

¹ Aluno do Curso de Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás, ruanms@pm.go.gov.br; Luziânia – Go, maio de 2018

² Professor Orientador: Especialista do Programa de Pós-Graduação e Extensão do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás, dogivan.silva@gmail.com, Luziânia – Go, maio de 2018.

1 INTRODUÇÃO

A vida é o bem mais precioso que o ser humano tem, com ela emergem todas as coisas, família, trabalho, vida social e introspectivamente seus sonhos, seus medos, seus anseios e desejos. O direito à vida está previsto em nossa Carta Magna como direito fundamental e inviolável do cidadão. Diante dessa premissa, vamos tratar de questões relevantes havidas em nosso cotidiano policial, uma vez que frequentemente nos deparamos com situações midiáticas, onde a opinião pública elogia ou difama as operações policiais, as quais, em muitas das vezes, por alguns acontecimentos diversos resultou em confronto com óbito de civis delinquentes ou não.

A opinião pública tem suas origens majoritariamente após aquelas ações policiais que culminam em lesões e até mesmo que podem levar ao óbito de civis, seja este civil um cidadão de bem ou um infrator da lei. Após os atos dos policiais, as opiniões podem ainda ser influenciadas pela mídia e a falta de conhecimento da legislação penal brasileira agrava ainda mais o ponto de vista da população.

O erro policial em sua normalidade é criticado, pois espera-se preparo físico e psicológico de alguém que representa o Estado no enfrentamento ao crime e infratores da lei, contudo faz-se necessário trazer a alusão de que não há erro policial na maioria das situações, estando este amparado pelo Código Penal através de excludentes de ilicitude, mais especificamente os institutos da Legítima Defesa e Estricto Cumprimento do Dever Legal.

O estudo é de extrema relevância, pois trata da concepção do povo de uma nação em relação aos agentes que representem a segurança e a força do Estado diante de abordagens que culminaram com a morte de um civil.

O objetivo geral consiste em analisar a imagem da Polícia Militar e identificar qual a posição da sociedade diante do óbito de civis, infratores da lei ou não, por policiais em confrontos no dia a dia.

A problemática consiste em analisar a aceitação da população relacionada a mortes de civis com passagem pela polícia (infratores da lei), em virtude de confronto armado e também a morte de civis inocentes ou aqueles com passagem pela polícia em virtude da má atuação policial ou em virtude de incidente durante ocorrências policiais. Diante destas situações, encontram-se respostas

distintas frente ao confronto armado quanto resulta em óbito de civis perante a nossa sociedade.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A função do militar pode implicar em uma série de consequências devido ao contexto do seu ambiente de trabalho. O treinamento militar tem como base a disciplina e a hierarquia, inclusive, a própria Constituição Federal de 1988 em seu artigo 144 salienta a função policial militar e destaca o fato de ter como diretriz a ordem social, onde a ordem será garantida por meio de atividades ostensivas.

Por ter como missão a preservação da ordem por meio da disciplina e do respeito às leis é de se esperar por toda a população que o policial saiba agir em momentos de tensão e perigo. O policial possui uma imagem diferenciada, sendo um agente correto; justo; que defende os direitos e respeita e segue seus deveres; que age conforme os mandamentos da lei; que defende os mais fracos. Contudo, diversos fatores complexos podem influenciar na atuação do policial, como exemplo o óbito de indivíduos em abordagens, onde as críticas podem surgir e modificar a boa imagem da corporação, levando o agente e, por consequente, a imagem da instituição militar de competência a imperícia.

O Conselho Nacional do Ministério Público destaca a importância da atuação da polícia diante da ordem pública, cumpre ressaltar que o ministério público exerce uma administração na atividade policial:

“Considerando que a Constituição Federal confere ao Ministério Público a função institucional de exercer o controle externo da atividade policial (art. 129, VII) (...)” (CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO – **RESOLUÇÃO N° 129 DE 2015**).

Com relação à função do policial militar:

Considerando que o exercício dessa função tem por primado a dignidade da pessoa humana, a construção de uma sociedade livre de ilegalidade ou abuso de poder, a promoção do bem de todos, sem qualquer forma de discriminação, e, finalmente, a observância dos princípios informadores das relações internacionais, notadamente a prevalência dos direitos humanos (CF, art. 1º, III, art. 3º, I e IV, e art. 4º, II) (...). (CONSELHO

NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO – RESOLUÇÃO Nº 129 DE 2015).

O policial militar deve respeitar fielmente o princípio da dignidade da pessoa humana, entretanto, pode-se afirmar que a morte, o ato de tirar a vida de alguém não representa um desrespeito ao princípio que protege a vida como bem maior de qualquer ser vivo, e por mais que tal premissa seja verdadeira também não há de se esquecer que a função do policial, por natureza, exige o uso da força e de artifícios que podem culminar com a morte de alguém. O óbito em ocorrências policiais pode acontecer, todavia, não podemos dizer que em virtude desse fato, o policial seja um criminoso. Pois precisa-se levar em consideração alguns aspectos indispensáveis. Quais sejam: O estrito cumprimento do dever legal, o estado de necessidade, o exercício regular de direito e a legítima defesa.

De acordo com o estatuto dos policiais militares do Estado de Goiás a hierarquia e a disciplina são pilares que sustentam a instituição militar:

“Art. 12 - A hierarquia e a disciplina são a base institucional da Polícia Militar. A autoridade e a responsabilidade crescem com o grau hierárquico.”.(Governo do Estado de Goiás – Estado dos Policiais Militares, 2018).

Quanto às obrigações dos policiais militares, encontram-se: servir a comunidade; realizar a manutenção da ordem pública; fé na missão; o culto a tradições históricas; orgulho da organização da Polícia Militar e amor a profissão e seu aprimoramento técnico – profissional. (Governo do Estado de Goiás – Estado dos Policiais Militares.).

A função do policial e todo seu valor perante a sociedade pode ser vislumbrado através de suas ações como servir a comunidade, sendo um pivô entre o caos e o seu processo de ordenação; o respeito à cultura da sociedade em que está inserido; o respeito pela própria instituição militar e sua constante evolução técnica, toda essa conjuntura são elementos básicos que juntos constroem a imagem de que os policiais são heróis e quando o agente policial neutraliza a vida de alguém cai sobre seus ombros uma determinada carga de culpa e toda a sociedade o julga, pois espera que o mesmo “salve” e não mate, no entanto é vital entender que na maioria dos casos o policial militar não neutraliza a vida porque quer, mas em detrimento da sua missão.

Tais fatos implicam ainda na ética do policial, pois o mesmo possui o dever de proteger, com isso a moralidade e a ética norteiam suas condutas, onde

o mesmo deve agir com verdade e responsabilidade perante seus atos e agir com dignidade pessoal. Exerce sua profissão com autoridade e eficiência e exercer suas atividades com probidade na qual está interligada intimamente com a ética militar. Todos esses requisitos éticos juntos trabalham em virtude da dignidade da pessoa humana, assim como fazer cumprir as leis, regulamentos e todos os documentos de natureza legal que possuam algum comando.

Além disso o policial deve ser imparcial diante de situações que impliquem em seu julgamento, com isso, surge a necessidade do mesmo estar preparado não apenas fisicamente, mas também moralmente e intelectualmente. (Governo do Estado de Goiás – Estatuto dos Policiais Militares). Cabe ainda ao policial ser discreto; zelar pela Segurança Nacional e acatar autoridades civis e cumprir seus deveres como cidadãos que também são. (Governo do Estado de Goiás – Estatuto dos Policiais Militares). Ressalta-se que tais requisitos devem proceder tanto na vida profissional como particular, observando, portanto, seu comportamento e normas de boa educação. (Governo do Estado de Goiás – Estatuto dos Policiais Militares). Assim como protege o âmbito social também devem proteger sua família, ou seja, guiar seu lar e dar assistência moral e material para seus familiares, sendo um modelo de pai, irmão, ou qualquer classe em que ele se encaixar. (Governo do Estado de Goiás – Estatuto dos Policiais Militares).

Não é só neutralizando a vida de alguém que um policial adquire a reprovação social, mas desrespeitando preceitos éticos supracitados. A dignidade da profissão, a beleza de proteger a sociedade pode ser apresentada a toda a sociedade por meio de cada ação de cada abordagem. Tratar todos com dignidade e respeito é imprescindível para os militares terem o respeito da sociedade, pois sem isso, o mesmo poderá passar de mocinho à vilão. Na prática é mais complicado, em cada situação existem circunstâncias que não podem ser previsíveis. A educação pode ser uma aliada do militar, é sabido que o mesmo tem como base de sua educação preceitos do militarismo, de fato, o militar recebe um treinamento para combate, todavia, é importante que o mesmo saiba que nem todos são seus inimigos.

3 METODOLOGIA

O presente artigo científico buscou estudar dados reais e atuais acerca da imagem da instituição. O presente trabalho se apresenta como uma pesquisa qualitativa e exploratória, onde pretendeu-se identificar qual a posição da sociedade diante das mortes ocasionadas em ocorrências policiais tendo como base o entorno sul do Distrito Federal. Logo, como há uma baixa disponibilidade de trabalhos acerca do assunto, essa pesquisa se apresenta como uma investigação onde há pouco conhecimento sistematizado, sendo difícil de propor hipóteses de forma prévia (VERGARA, 1990).

“A pesquisa qualitativa não se preocupa com a representatividade numérica, mas sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização.” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p.31)

Ainda sobre a pesquisa qualitativa, o autor mais consagrado desta pesquisa, Bailey (1994) afirma que não há um número mínimo e nem adequado para a realização de uma pesquisa com essa técnica. Embora alguns autores defendam o mínimo de participantes como 30 ou 100 indivíduos, tudo depende da população em questão e da natureza da pesquisa.

Visando alcançar o objeto do trabalho, se fez necessário o uso de entrevistas com roteiros semiestruturados, ou seja, utilizando perguntas que possibilitaram os entrevistados a se expressarem de maneira mais aberta, podendo evidenciar detalhes que não seriam vistos em roteiros estruturados ou questionário. Dessa forma, pode-se obter informações mais aprofundadas sobre a qualidade do serviço policial militar prestado.

Ainda sobre a entrevista semiestruturada, Lima, Almeida e Lima (1999, p. 133) afirmam que esta possibilita o informante “[...] de discorrer sobre suas experiências, a partir do foco principal proposto pelo pesquisador; ao mesmo tempo que permite respostas livres e espontâneas do informante, valoriza a atuação do entrevistador”.

Quanto à amostra, a sua escolha se deu por conveniência, onde foram escolhidos dez indivíduos que já foram atendidos previamente pela Polícia Militar do estado de Goiás (PMGO). Perguntou-se a diversas pessoas se já haviam sido atendidas previamente pela PMGO e, caso já houvessem, eram convidadas a participar da pesquisa. Devido à falta e dificuldade em se obter dados sobre o tema, não se optou por buscar registros oficiais de atendimento e tal escolha se deu,

também, para garantir a privacidade dos solicitantes que buscaram atendimento via telefone 190, por exemplo.

Por fim, como as entrevistas foram gravadas e integralmente transcritas, os dados resultantes foram submetidos a uma análise de conteúdo, com a finalidade de identificar categorias que pudessem colaborar com o objetivo da pesquisa.

Não obstante, a análise de conteúdo permite identificar categorias a partir da fala e outros tipos de expressões, como gestos e comportamentos. A análise de conteúdo é tida como “[...] uma técnica de pesquisa que trabalha com a palavra, permitindo de forma prática e objetiva produzir inferências do conteúdo da comunicação de um texto replicáveis ao seu contexto social” (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p. 682).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante a entrevista, 32 (trinta e duas) pessoas foram abordadas da 1ª até a 4ª questão o mesmo cenário está envolvido, onde um policial fardado reage a um assalto dentro de um ônibus. A maioria compreende que naquelas circunstâncias o policial não tinha escolha se não reagir, pois o mesmo estava fardado e com isso, por questão de instinto, o mesmo buscaria se defender e conseqüentemente evitar a investida criminosa dos indivíduos.

Abaixo se observa a relação entre as perguntas e as respostas conforme cada questão:

1ª Questão 26 concordam e 6 discordam
2ª Questão 26 concorda e 6 discordam
3ª Questão 24 concordam e 8 discordam
4ª Questão 29 concordam e 3 discordam

Nas questões 1 a 4 tratando-se da morte de um cidadão com antecedentes criminais a maioria, 18 pessoas, concordaram que o óbito deste, através da ação dos policiais em um confronto armado se justifica perante a sociedade, pois teria menos um infrator da lei no mundo.

Na sexta questão se tratando de uma abordagem onde o sujeito se assustou com os policiais e levou a mão à cintura com o intuito de pegar seus documentos, fez com que os policiais entendessem que aquilo seria uma investida para pegar uma arma e acabaram reagindo à situação alvejando-o. A maioria entende que os policiais agiram de maneira correta, pois pensaram na segurança deles e de terceiros. Porém é necessário acrescentar que a maioria dos entrevistados faziam questão de demonstrar certo descontentamento em relação a ação rápida dos policiais em não esperarem um pouco mais para que conseguissem perceber se o cidadão retiraria os documentos, drogas ou qualquer outro objeto, demonstrando maior técnica nas abordagens.

Na sétima situação um cidadão consegue retirar a arma de um policial em uma ocorrência em que havia muitas pessoas e acaba após o início de uma confusão alvejando o próprio policial de serviço e seu parceiro onde aquele vem a óbito, a maioria compreendeu que não houve despreparo do policial, porém, por haver uma quantidade maior de pessoas naquela ocorrência a população entende que os policiais deveriam se afastar em determinado momento e solicitar apoio policial para que assim retornassem para a resolução daquela situação.

Por último mais de 90% (noventa por cento) dos entrevistados concordaram que o policial militar deveria passar por um treinamento mais técnico e constante.

Com base nos expostos pode-se compreender que óbito de civis, infratores da lei ou não, pelas mãos dos policiais não representa um pré-julgamento sobre o policial, pois a maioria dos entrevistados mostraram bom senso ao analisar cada situação ou seja, tudo depende de cada situação em específico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação do policial militar envolve uma série de princípios e técnicas nas quais, ele deve agir com observância, pois representa a ordem tão almejada pelo Estado, mas mesmo o policial com todo seu preparo, haverá casos em que fatalidades podem acontecer e civis podem perder a vida diante de situações de confronto armado.

Com base nas situações abordadas no questionário da pesquisa evidenciou-se que a maioria dos entrevistados possuem bom senso frente a cada situação apresentada, reconhecendo que os policiais agiram em conformidade com cada caso.

Consequentemente, conclui-se que a aceitação social em relação a aceitação da população em ocorrências que resultam em óbito de civis, depende de cada circunstância, sendo essa opinião ainda submetida a própria situação do civil, a exemplo de este ser um cidadão de bem, onde a aceitação não é pacífica entre os entrevistados, pelo fato de haver por vezes o erro ou o excesso por parte do policial militar ou ainda nos casos onde um infrator da lei entra em confronto com policiais culminando no óbito destes, desde que os policiais ajam com a excludente legítima defesa a aceitação é pacífica conforme os entrevistados. Vale ressaltar que a questão envolvendo a aceitação social nos casos de civis ocorre em razão da sociedade esperar que o policial militar não cometa erros, pois acredita-se que o Estado que tem por dever defender o povo esteja preparada para confrontos e situações de extremo estresse e ajam sempre conforme a lei, ou seja, sua identidade representa um padrão de comportamento esperado socialmente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal.** Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>

Acesso em: 24 fev. 2018

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto contexto enferm**, v. 15, n. 4, p. 679-84, 2006.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO – **RESOLUÇÃO N° 129 DE 2015.** Disponível em:

http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_criminal/CAOCri_ControlExtAtivPo/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CNMP%20n.%20129.2015%20-%20Letalidade%20Policial.pdf.

Acesso em: 24 de fev. 2018.

Governo do Estado de Goiás – **Estatuto dos Policiais Militares.** Disponível em:

http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/1975/lei_8033.htm

Acesso em: 25 fev. 2018.

LIMA, Maria Alice Dias da Silva; ALMEIDA, Maria Cecília Puntel de; LIMA, Cristiane Cauduro. A utilização da observação participante e da entrevista semi-estruturada na pesquisa de enfermagem. **Revista gaúcha de enfermagem. Porto Alegre. Vol. 20, n. especial (1999), p. 130-142**, 1999.

Maria de Andrade Marconi/ Eva Maria Lakatos - **Fundamentos de Metodologia científica.** 5ª edição- São Paulo, 2003.

VERGARA, S. C. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. São Paulo: Atlas, 1997.

Base para pesquisa. Disponível em:

<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/10/10/interna_cidadesdf,632799/passageira-baleada-na-cabeca-durante-assalto-a-onibus-morre.shtml>

Acesso em: 10 mar. 2018.

Base para pesquisa. Disponível em:
https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/09/26/interna_cidadesdf,629135/assaltante-e-morto-durante-roubo-a-onibus-em-luziania.shtml

Acesso em: 10 mar. 2018.

APENDICE

1.1 ENTREVISTA

1. Em outubro de 2017, numa tentativa de assalto a ônibus na BR 040 houve tiroteio entre um Policial militar, que estava no coletivo e 3 (três) assaltantes, onde um veio a óbito no local, outro foi baleado no braço e preso e o terceiro fugiu do local do crime. Em sua opinião a reação do policial militar foi correta ou errada?

CORRETA ERRADA

2. Neste mesmo caso uma mulher foi atingida na cabeça por um disparo de arma de fogo oriundo do tiroteio e veio a óbito. Em sua opinião o policial teria como evitar o fato ocorrido?

SIM NÃO

3. Você acredita que pelo policial estar em desvantagem numérica ele não deveria ter reagido evitando assim o confronto com os assaltantes?

SIM NÃO

4. Levando em consideração o policial estar fardado e não reagisse, ele hoje poderia estar morto. Pensando nisso, ele tinha outra opção senão reagir da forma que ele fez?

SIM NÃO

5. Em um confronto entre policiais com um cidadão que já possui passagens criminais e este vem a óbito em decorrência de ferimentos causados pelo confronto, em sua opinião:

Os policiais não deveriam ter matado, pois ele merecia uma segunda chance.

Foi bom porque é menos um “infrator nas ruas”.

Os policiais deveriam se abrigar e esperar que cessassem os tiros contra eles, para uma possível prisão.

Os policiais fizeram o correto, pois reagiram em legítima defesa.

6. Uma pessoa se assusta ao ser abordada por policiais e de pronto leva a mão a cintura para retirar seus documentos, fazendo com que os policiais pensassem que a pessoa estava tirando uma arma de sua cintura e revidassem a uma injusta agressão, atirando na pessoa e levando-a a óbito, em sua opinião:

Os policiais têm por obrigação ter mais cuidado, afinal são treinados para tal.

Os policiais agiram corretamente, pois devem ter a segurança deles em primeiro lugar.

Os policiais agiram de forma errônea, demonstrando a falta de preparo que os eles têm.

Os policiais fizeram o correto, pois reagiram em legítima defesa.

7. Em 2016, no interior do Estado de Goiás a Polícia Militar foi acionada por perturbação de som alto, onde os policiais ao chegarem no local solicitaram que o dono abaixasse o som e este não o fez, sendo assim preso conforme a Lei de Contravenção Penal e seria conduzido para a Delegacia, porém o pai do autor após confusão conseguiu retirar a arma do policial e matou um policial e feriu outro que também veio a óbito posteriormente. Em sua opinião houve falta de preparo do policial militar?

SIM NÃO

8. Você acredita que a instituição Polícia Militar deveria dar mais treinamento e condições para seus soldados, melhorando a maneira do policial militar agir em ocorrências?

SIM NÃO